

Lusíada



Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Branco, Francisco José do Nascimento, 1952-

Editorial

<http://hdl.handle.net/11067/3979>

Metadados

Data de Publicação	1996
Palavras Chave	Serviço social - Portugal, Direitos humanos
Tipo	article
Revisão de Pares	no
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 13-14 (1996)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-10-05T04:19:56Z com informação proveniente do Repositório

EDITORIAL

*Este número da revista **Intervenção Social** tem como destaque o tema **Serviço Social e Direitos Humanos**, sendo publicado num momento particularmente significativo. Quando sair à estampa o n.º 13/14, inicia-se um período que culminará, em 10 de Dezembro de 1998, a comemoração do 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Neste quadro, o ISSS dedica a esta relevante questão um primeiro espaço de análise e reflexão projectando dar nova tradução editorial a esta matéria ao longo do ano de 1998.*

O Estado, quando assume a forma histórica de Estado Providência — Welfare State, vai gradualmente reconhecer e proteger os direitos sociais e económicos, incorporando e profissionalizando o movimento histórico do Serviço Social. O desenvolvimento do Serviço Social como profissão está estreitamente associado ao processo histórico de reconhecimento e institucionalização dos Direitos Humanos e particularmente dos Direitos Sociais.

A partir dos anos 60, a intervenção do Serviço Social cruza-se de modo inequívoco com os direitos da terceira geração, os Direitos Culturais (também designados direitos pós-materialistas) de grande actualidade e relevância.

Hoje, na sua acção profissional, os trabalhadores sociais reportam-se aos Direitos Humanos como totalidade indivisível, sendo perfeitamente clara a articulação dos direitos sociais, direitos culturais e direitos civis e políticos em algumas das mais relevantes problemáticas sociais com que se enfrentam no presente.

O conteúdo inequivocamente humanista que marca a cultura profissional do Serviço Social e o facto do seu itinerário, como formação académica e profissão, ser indissociável do processo de democratização dos direitos do homem e das sociedades, pode conduzir a uma certa naturalização da dimensão dos Direitos do Homem como dimensão intrínseca do Serviço Social que importa ultrapassar com empenhado trabalho de reflexão crítica, de reforma curricular e de desenvolvimento da didáctica de ensino-aprendizagem no domínio dos Direitos Humanos.

A formação para os Direitos Humanos no quadro da Formação em Serviço Social deve ser equacionada, sem prejuízo de outras dimensões, a três níveis: i/ a formação teórica e cultural sobre os Direitos Humanos; ii/ o treino e experimenta-

ção dos dilemas profissionais face aos Direitos Humanos (envolvendo a dimensão técnico-operativa e a maturação sócio-emocional); iii/ a pesquisa, tomando como objecto o desenvolvimento e as violações dos Direitos Humanos.

Em Portugal, nos actuais figurinos de formação, verifica-se que a formação teórica e cultural dos Direitos Humanos ultrapassa qualquer especificidade curricular, pelo que são várias as áreas científicas que incidem sobre este domínio. Está-se pois na generalidade dos casos face a um **currículo transversal**, e pluridisciplinar, facetas com reconhecidas potencialidades sem dúvida, mas que apresentam níveis insuficientes de integração e coerência.

O treino e experimentação dos dilemas profissionais face aos Direitos Humanos é uma dimensão que é basicamente assegurada na formação dos Assistentes Sociais pela componente dos estágios e pela supervisão formativa e seminários, que em regra os acompanham, enquanto modelo de formação. Hoje afigura-se necessário complexificar este modelo de modo a garantir oportunidades de formação aprofundada, requerendo a sua complementarização com recurso a outras estratégias de aprendizagem focalizadas especificamente nos Direitos Humanos como mostram algumas experiências divulgadas no Seminário Europeu das Escolas de Serviço Social que se realizou em 1995 em Lisboa.

A pesquisa sistemática e a monitorização do progresso e violação dos Direitos Humanos é uma dimensão que, pesem embora os inigualáveis recursos empíricos dos trabalhadores sociais, conhece apenas um estágio inicial no nosso país, requerendo o claro reforço desta componente na prática das escolas portuguesas .

Algumas perspectivas neste plano passarão pela definição de um **Programa Temático Interdisciplinar sobre os Direitos Humanos**, explícita e efectivamente integrado, enquanto dimensão estruturadora dos Projectos de Formação. A realização de **Cursos Livres** sobre esta temática . A organização de **Ateliers sobre Direitos Humanos**, enquanto espaços de experimentação e debate aberto aos estudantes sem necessária vinculação com o Plano Curricular. A dinamização de **Círculos de Estudos e Pesquisa sobre os Direitos Humanos**, integrados por docentes e formandos de cursos de pós-graduação académica e profissional. Se estimule, aproveitando as possibilidades abertas pelas novas tecnologias de informação, a criação de (uma) **Rede(s)** e/ou grupos de discussão em torno de áreas específicas como por exemplo, direitos sociais, racismo, minorias étnicas,

Outra dimensão essencial à educação para cidadania e Direitos Humanos é o entendimento da Escola como contexto e processo de aprendizagem, como espaço de socialização, de prática e interiorização de valores e atitudes promotoras dos Direitos Humanos. Assumem particular significado os planos da organização ins-

titucional, da organização e gestão democrática da escola, do espaço de aula enquanto espaço de exercício da cidadania, da relação com a comunidade.

O Dossier Serviço Social e Direitos Humanos inclui um conjunto de artigos que encerram contribuições pertinentes sobre esta problemática. O enquadramento histórico da génese dos Direitos do Homem e da Declaração Universal de 1948 é traçado pelo artigo introdutório de Viriato Soromenho Marques que perspectiva igualmente alguns dos importantes perigos que actualmente pendem sobre os Direitos Humanos. Ernesto Fernandes traça no seu texto, o quadro sócio-histórico da institucionalização e evolução das profissões da intervenção e aponta um conjunto de perspectivas para intervenção do Serviço Social radicada numa cultura dos Direitos Humanos. Numa perspectiva convergente, Francisco Branco explora relações entre as tendências actuais das políticas sociais e os Direitos Sociais e a sua centralidade para a formação e acção do Serviço Social. Segue-se um conjunto de textos centrados nas questões da formação em Serviço Social na perspectiva dos Direitos Humanos. Teresa Rossel destaca a importância fundamental dos valores, da utopia e do pluralismo como exigências do que qualifica uma formação em Serviço Social para uma prática significativa. Hironidina Chitas reflecte, em torno de uma experiência de formação concreta, a articulação do ensino-aprendizagem de diferentes metodologias de intervenção em Serviço Social com a perspectiva dos Direitos Humanos. Os textos de Aurora Matias, Luísa Pinto e Berta Granja, focalizam a importância fundamental da escola enquanto contexto formativo fundamental à aprendizagem e experimentação dos Direitos do Homem. O último trabalho, da autoria de Ana Vicente, analisa a Conferência Internacional do Cairo sobre População e Desenvolvimento com destaque para as dimensões mais directamente relacionadas com os Direitos das Mulheres. Finalmente, integra-se um dossier bibliográfico sobre publicações editadas em Portugal sobre os Direitos Homem no período de vigência da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Trata-se de um primeiro trabalho, a ser complementado com uma pesquisa mais alargada de fundos bibliográficos especializados, e que estamos certos constituirá um significativo contributo para o estudo desta problemática em Portugal, nos últimos 50 anos.

Este número da Intervenção Social integra igualmente um conjunto de Artigos sobre temáticas diversas algumas das quais com relação com a problemática dos Direitos Humanos. O texto de Marc-Henry Soulet aborda a questão da recomposição do campo do trabalho social na sua articulação com a crise do Estado-Providência e as modificações registadas nas formas de intervenção do Estado. Alcina Monteiro explora, no seu artigo, a relação Serviço Social, marginalização e polí-

social, através da análise das perspectivas teórico-culturais e socio-políticas que atravessam diferentes abordagens dos fenómenos de marginalização e do modo como têm sido consideradas pelo Serviço Social. De Figueiredo Santos, publica-se um trabalho sobre o campo da assistência em Portugal tendo por objecto as IPSSS, em que o autor ensaia captar a racionalidade própria deste espaço e modelo institucional na sua relação com o Estado. Dinah Ferreira centra-se no seu texto nas questões da formação em Serviço Social no contexto das transformações micro e macro sociais no final do século XX, detendo-se igualmente na análise da inserção dos Assistentes Sociais no mercado de trabalho. O texto de Aida Ferreira analisa o tratamento dados às questões sociais na actual sociedade dos **media** interrogando as razões do destaque mediático aos problemas sociais que afectam os grupos sociais mais desprotegidos. O último artigo publicado é da autoria de Marlene Rodrigues, explorando a autora os contributos da abordagem comunicacional para o estudo do suicídio consumado na adolescência a partir de pesquisa empírica baseada no método de “autópsia psicológica”.

O número 13/14 da *Intervenção Social* reúne igualmente comunicações, trabalhos e materiais que constituem uma **Memória das Comemorações dos 60 anos do ISSS**, acontecimento que pela sua relevância institucional não podia deixar de ter tradução editorial, como aconteceu, aliás, noutras ocasiões históricas como a celebração dos 50 anos de existência do Instituto. Neste contexto, procede-se à publicação do trabalho distinguido com o **Prémio de Mérito Honorato Rosa — ISSS 1996** — Actuação do Assistente Social Promotora de Cidadania na Transição Pós-Moderna, trabalho de pesquisa em Serviço Social realizado no âmbito do 5.º ano da Licenciatura e da autoria de M.ª Irene Carvalho, Rosa Silva, M.ª do Rosário Vicente e Sónia Garcia

Finalmente, dá-se destaque neste número da *Intervenção Social*, pela sua relevância institucional, ao **Programa de Doutoramento em Serviço Social** desenvolvido ao abrigo do protocolo de cooperação institucional PUC-SP e ISSS. A este programa, que tem coordenação do Departamento de Pós-Graduação Académica do ISSS, está associado um projecto de pesquisa a ser realizado em Portugal e no Brasil sob a temática — **Configurações contemporâneas da questão social: repercussões nas políticas sociais e no processo de trabalho do serviço social brasileiro e português.**

A *Revista Intervenção Social* tem, a partir deste número 13/14, um novo Director e um Conselho de Redacção renovado na sua constituição.

Neste número introduzem-se algumas alterações de natureza gráfica e organizativa, pretendendo-se no próximo número dar continuidade ao esforço de melhoria do design gráfico, à integração de resumos dos artigos publicados, à publicação de resenhas e resenhas, à organização de dossiers bibliográficos temáticos, à publicação dos sumários de revistas internacionais de Serviço Social e ciências sociais.

Para além destas melhorias, a nova equipa procurará consolidar e ampliar o espaço institucional da Revista do ISSS, garantir a periodicidade semestral da sua publicação e conferir-lhe uma nova dinâmica editorial, dando expressão quer às dinâmicas internas de produção de conhecimento quer à relação com a sociedade portuguesa e aos trabalhadores sociais.

Francisco Branco